

De Perto e de Longe: Pistas para uma Reflexão sobre Imagem e Geografia

Close up and From Afar: Clues for Reflecting on Image and Geography

Ana Maria Daouiⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Renan Gomes Felipeⁱⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O artigo discute o uso da imagem na Geografia, em particular da fotografia, relacionando-o ao papel dispensado à experiência visual na constituição da disciplina. Além da literatura sobre a importância da imagem na produção, na difusão e no ensino do conhecimento geográfico, dialogamos com autores que problematizam o uso e a realização da fotografia no contexto do trabalho de campo e da pesquisa nas ciências sociais. A discussão pelo viés do uso das imagens sugere uma tensão que permeia a Geografia, disciplina cujos procedimentos de pesquisa oscilam entre um controle da experiência sensível e a valorização de distintas experiências relacionadas ao espaço.

Palavras-chave: imagem, Geografia, fotografia, pesquisa, trabalho de campo.

Abstract: This article discusses the use of the image in Geography and in particular photography with regard to the role given to visual experience in the constitution of the discipline. In addition to the literature on the importance of image in the production, dissemination and teaching of geographical knowledge, a dialogue is established with authors who question the use of photography in the context of fieldwork and research in Social Sciences. The discussion from the perspective of the use of images suggests a tension that permeates Geography, whose research procedures vary from completely controlling sensory experience at one extreme to giving priority to distinct experiences related to space at the other extreme.

Keywords: image, Geography, photography, research, field work.

Introdução

A reflexão pretende assinalar aspectos relacionados à centralidade da visão na Geografia e ao estatuto da imagem na construção do conhecimento geográfico. Qual o valor heurístico da imagem na produção do conhecimento geográfico?

ⁱ Professora do Departamento de Geografia, anadaou@ufrj.br.

ⁱⁱ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, renangomes88@yahoo.com.br.

O exercício aqui proposto discute a visualidade da Geografia a partir de meados do século XIX, quando convergem a invenção da fotografia e a institucionalização da disciplina.¹ Seleccionamos indicações de autores contemporâneos preocupados com a questão da visualidade, da preeminência do olhar ou mais simplesmente com o uso da imagem na produção, divulgação e vulgarização do conhecimento, em particular no âmbito da Geografia. Partimos do debate organizado em torno do artigo de Julian Rose presente na revista *Antipode*² e, em relação às especificidades que assume a temática na Geografia francesa, nos voltamos para a reflexão desenvolvida por Didier Mendibil (2000 e 2007) em sua análise da obra de Vidal de La Blache e seus discípulos. Carla Lois (2009) enriquece a discussão ao tratar do lugar dos mapas e da cartografia – expressões centrais da visualidade para a disciplina – como constituintes de um imaginário geográfico amplamente compartilhado entre leigos e acadêmicos. Considera que neste “tempo de imagens”, os mapas contribuem para modelar nossa visão de mundo e operam em “nossa cultural visual” com notável espessura simbólica.

Em que pese o grande conjunto de instrumentos e objetos associados à visão utilizados por várias disciplinas é, na maioria dos casos, pouco sistemática ou inexistente a postura reflexiva sobre seu estatuto na produção do conhecimento. Nesse sentido, embora reconheçamos a necessidade de investimentos específicos que tratem do estatuto da imagem na produção geográfica, neste trabalho não nos debruçamos sobre a análise de material empírico particular.

Além da literatura interna à disciplina, estabelecemos o diálogo com a reflexão antropológica no que diz respeito à problematização do uso da imagem,³ associada ao trabalho de campo e ao uso da fotografia, pois essas práticas, relevantes nos dois contextos disciplinares, favorecem a discussão do uso da imagem e sua relação com a produção do conhecimento. Decorrem dessa aproximação a apresentação de encaminhamentos pertinentes para o trabalho com as fotografias, sejam as de acervos já existentes, sejam aquelas que venham a ser produzidas em situações de pesquisa ou mesmo do ensino da Geografia.

Imagens da Geografia no Campo Institucional

Desde sua institucionalização como disciplina acadêmica, no final do século XIX, o vasto uso que os geógrafos faziam da imagem foi enfatizado e atualizado. Não é difícil retomar o grande papel que a observação e o uso das imagens (desenhos, croquis, mapas) assumiram na história da Geografia. O interesse pela cartografia, a prática do trabalho de campo, o uso das fotografias tomadas a partir do solo e, mais recentemente, a utilização de fotografias aéreas e do geoprocessamento são ferramentas de pesquisa e de difusão do conhecimento que facilmente associamos e reconhecemos como familiares à prática do geógrafo. A literatura recente reitera a importância da visão na Geografia, e faz com que nossas atenções recaiam sobre o modo como a produção de imagens foi sendo articulada à prática dos levantamentos de campo – aqui entendido como uma expressão da valorização da experiência sensível. Qual o estatuto atribuído à imagem na elaboração de pesquisas e de estratégias de ensino?

No referido conjunto de artigos da revista *Antipode*, Rose (2003) lança uma importante indagação: em que medida, exatamente, a Geografia seria “visual”? A autora considera ser

a Geografia a “única dentre as ciências sociais que confiou e continua a confiar em certos tipos de visualidades e imagens visuais na construção de seus conhecimentos”, ao que relaciona, no entanto, uma notável falta de perspectiva crítica sobre o uso de imagens. Rose utiliza a noção de “visualidade” no sentido que lhe atribui Hal Foster, referindo-a ao modo como se constitui o olhar, como se pensa sobre o olhar e sobre os aspectos não privilegiados por um determinado tipo de olhar. A constituição de diferentes visualidades assume importância no sentido de que diferentes tipos de conhecimentos geográficos se estruturam por meio delas. Ryan (2003), por sua vez, aponta para a necessidade de os geógrafos “pensarem mais aprofundada e imaginativamente sobre os métodos que empregam tanto no ensino quanto na pesquisa”.

Ao trabalhar sobre uma tradição familiar à Geografia brasileira, Mendibil (2007) traça três períodos nos quais se desenvolveram diferentes usos da imagem na Geografia francesa,⁴ que podem ser remetidos às matrizes epistemológicas dominantes entre os geógrafos de cada um desses momentos. Por meio da análise que faz das imagens, o autor sugere que elas não atuam apenas como se fossem um reflexo das preferências disciplinares que marcam cada domínio do conhecimento, porém representam, em si, um dos meios mediante os quais as especificidades da Geografia foram engendradas e difundidas.

As abordagens anteriores estimulam o questionamento que procuraremos seguir neste breve texto quanto ao estatuto que assume a preeminência da visão e da imagem na Geografia, bem como suas variações advindas dos objetivos e dos enfoques disciplinares ao longo o tempo. O que se discute é menos a qualidade interna das imagens e seu conteúdo temático e mais o próprio olhar e os modos como os geógrafos organizam e elaboram sua experiência, tanto em suas pesquisas quanto na atividade de ensino. Mas é certo que temáticas consideradas expressivas em certos contextos podem ser abandonadas ao esquecimento em face de mudanças na estrutura da sociedade e nos valores que orientam o julgamento dos especialistas, no caso aqueles ligados à produção do conhecimento geográfico.⁵

Realismo Fotográfico

Um dos aspectos mais ressaltados na literatura dedicada à imagem e seu papel na produção e difusão do conhecimento diz respeito ao seu uso como registro objetivo. A concepção da fotografia como uma cópia visual da realidade esteve presente desde o seu surgimento, no século XIX.

A fotografia promoveria a automatização na produção de representações visuais, pois dispensava as habilidades manuais requeridas pelo desenho manual. Assim, multiplicaram-se os fotógrafos profissionais, e a crença na objetividade reprodutivista da fotografia causou resistência em sua aceitação como modo de expressão artística, porém a tornou indispensável como método de registro e de controle de informações. Esse modo de pensar foi incorporado por diversos “profissionais da informação”, como espíões, meteorologistas, médicos-legistas e arqueólogos (SONTAG, 2010). A naturalização da imagem fotográfica como uma “escrita da luz” minimizou, desde então, a reflexão sobre os “procedimentos e métodos de interrogação da natureza” que alteraram significativamente os modos de construção do conhecimento. A “fotografia” foi acatada como se

falasse em nome de uma natureza que nos era exterior, não sendo, desde então, problematizadas as condições de realização das imagens (SICARD, 2010). Enquanto o modelo de cientificidade partia das ciências naturais, o enfoque privilegiava a “observação, classificação e registro” de informações. Edwards (1996) afirma que a fotografia passa a ser utilizada na Antropologia como “integrante da coleta de dados brutos, um mecanismo que revela a verdade”, e duas repercussões emergem da objetividade associada à fotografia nas ciências sociais. Tanto será utilizada para legitimar os procedimentos etnográficos, “um recurso para comprovar a veracidade do relato das experiências e dados obtidos em campo” (EDWARDS, 1996),⁶ quanto será tida como dispositivo de controle na coleta de dados, do qual são exemplares as fotografias de tipos humanos produzidas para estudos antropométricos. Nesses levantamentos os indivíduos são isolados de seu ambiente e das relações que ajudam a constituir-los enquanto membros de um grupo, de modo que nenhum elemento interferisse no processo de análise (ANDRADE, 2002).

Registro e inventário constituem-se em paradigmas da produção científica de então. Na Geografia e na Etnografia, as práticas de pesquisa e de vulgarização do saber encontravam igualmente apoio na utilização de imagens fotográficas, como o expressam o levantamento de paisagens ou as coleções de fotos de tipos sociais resultantes dos investimentos de geógrafos e etnógrafos.

Didier Mendibil estabelece para a Geografia francesa um primeiro período, que se estende de 1890 a 1945, durante o qual o percurso pessoal do pesquisador em campo ou a excursão coletiva configuraram-se como uma postura central de pesquisa. Nos termos de Marie Claire Robic, “microtécnicas do olhar e do deslocamento” prescreviam tanto uma aprendizagem do ver quanto do saber olhar (ROBIC, apud MENDIBIL, 2007). Esses procedimentos estiveram subjacentes ao *Tableau de Géographie de la France*, de Paul Vidal de La Blache. Para Vidal e seus discípulos, a fotografia era “o melhor, o mais prático e o mais objetivo dos substitutos do campo e ainda um meio cômodo e sugestivo de difusão e de vulgarização do conhecimento” (MENDIBIL, 2007). Desenvolve-se então o que Mendibil define como “realismo fotográfico”, baseado na convicção da verossimilhança entre a imagem fotográfica e a observação direta em campo.

A postura “realista” relaciona-se à afirmação de cientificidade na Geografia, que não trabalharia a partir de abstrações, mas sim de dados “concretos”, observáveis, para o registro dos quais a fotografia foi conclamada a dar sua contribuição. Jean Brunhes, incumbido de constituir um inventário fotográfico do mundo, afirma que “a geografia humana repousa sobre certa educação do olhar e disciplina da observação. Sua matéria-prima é oferecida mais pela fotografia do que pelos arquivos” (apud MENDIBIL, 2007). É o que se vê no vasto suplemento fotográfico que acompanha a *Geografia humana* (BRUNHES, 1962), onde o agrupamento das fotos, acompanhadas de detalhadas legendas, expressa a diversidade dos modos de vida das sociedades com as quais entrou em contato. O leitor observa fotografias de paisagens esvaziadas da presença humana, como aquelas que registram “modos de vida”, concretizados nos tipos de construção ou na variação do habitat rural, telhados, técnicas de irrigação e de distribuição do habitat urbano.

No Brasil, a proximidade com os cânones da Geografia francesa e do realismo fotográfico evidencia-se já a partir do final dos anos 1930, no contexto da implantação do

Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e dos cursos superiores de Geografia junto à então Universidade do Brasil. Um de seus professores, na *Contribuição ao Estudo da Geografia* (STERNBERG, 1946), com prefácio do geógrafo francês Demangeon, apresenta os métodos práticos para a realização do trabalho de campo, assim como o laboratório de Geografia e o equipamento didático.

A fotografia ganhava destaque como parte constitutiva das excursões, do trabalho de campo individual e da formação docente⁷ e foi considerada como “o tipo mais eficiente de ilustração geográfica”, cuja “nitidez dos pormenores” não se destinava apenas a ilustrar relatórios e publicações. Eram verdadeiros lembretes a serem utilizadas pelo geógrafo para “rever as relações existentes no terreno e, assim, melhor interpretar os dados colhidos” (STERNBERG, 1946).

As prescrições técnicas sobre o uso das fotografias nas pesquisas de campo reafirmam no contexto da institucionalização da disciplina no Brasil, além das afiliações intelectuais, o esforço em criar um *corpus* preciso de procedimentos que viesse a conferir precisão e cientificidade às imagens produzidas pelos geógrafos. Esperava-se a máxima objetividade e clareza na obtenção dos dados, na elaboração de registros nas cadernetas de campo e na “obtenção da melhor perspectiva”, afirmava Sternberg. Instituições como o IBGE⁸ se empenharam na constituição de vasto acervo iconográfico de fotografias de “paisagens” e tipos humanos do Brasil.

Apesar do investimento material e simbólico dado à fotografia, a profusão de imagens produzidas no contexto das excursões e pesquisas de geógrafos não resultou em uma reflexão sobre seu estatuto na construção do conhecimento. A observação reforça, no contexto brasileiro, o que tem sido assinalado pela literatura internacional quanto à necessidade de investimentos sistemáticos sobre o tema.

Fotografia e Experiência

Mudanças socioeconômicas vividas no pós-guerra, como o avanço da urbanização e da globalização, foram acompanhadas na geografia de um declínio do papel da experiência direta por meio do trabalho de campo e do uso da fotografia como ferramenta de pesquisa.⁹ Os avanços tecnológicos na produção de imagens, o uso e a difusão de fotografias aéreas, de técnicas de cartografia temática e o uso das imagens de satélite relacionam-se a esse processo, em que o positivismo na Geografia tornou-a mais aberta ao uso de métodos quantitativos e deslocou a experiência direta da posição central que ocupara nas pesquisas em momentos anteriores. Como então falar sobre o uso da fotografia e quando tanto ela quanto a prática do trabalho de campo a ela associada caíram em relativo desuso?

Ao discorrer sobre o processo histórico de formação das ciências sociais, Duarte (2004) aponta um jogo de tensões entre correntes de pensamento que pode lançar luz ao que pretendemos discutir. De um lado, o avanço do cientificismo associa a ideia de produção do conhecimento ao controle de experiências, sobre as quais o cientista procura ter pleno domínio no intuito de garantir a objetividade. Assim, na base da constituição da ciência moderna estaria a elaboração de um saber sistemático – ou seja, que acredita na possibilidade de “afirmar proposições a partir de certo grau de precisão e dentro dos

limites de uma linguagem lógica”, e normativo – referente à produção do conhecimento baseada em determinadas regras de conduta (GOMES, 1996). Em um polo oposto tem-se a “recusa de uma objetividade externa absoluta do processo de conhecimento ou da prática científica, em nome de uma consideração constante dos processos subjetivos em jogo na relação com o mundo exterior” (DUARTE, 2004). A ênfase na experiência, base da epistemologia romântica, conduz, segundo Duarte, ao método da “compreensão”, que se refere ao entranhamento de todos os atos na dimensão vivencial, subjetiva.

A Geografia está permeada de iniciativas relacionadas exatamente à tensão entre esses dois eixos. Como já indicado, a fotografia se apresentou como uma notável possibilidade de objetivação para diferentes disciplinas, e é significativo que seu uso tenha estado mais presente na formação e nas práticas dos geógrafos nos momentos em que o trabalho de campo era valorizado. Coexistiu, assim, a adoção de um método de pesquisa que repousa sobre a valorização da experiência sensível (o trabalho de campo) e uma prática de controle e suposta objetivação de tal experiência (a fotografia). A valorização da experiência, nesse sentido, não redundou em uma abordagem baseada na concepção romântica de experiência: “sentimental ou afetiva, íntima, pessoa, passional-subjetiva” (ibidem). Muito pelo contrário, levantamos a hipótese de ter ocorrido em relação à experiência subjacente à prática do trabalho de campo um progressivo afastamento do sensível. O contato direto com as paisagens era valorizado, embora essa experiência fosse, pelas práticas de pesquisa de campo e representação do espaço geográfico (dentre as quais se encontrava a fotografia), restringida ao que se podia ver. Essa visualidade era, por sua vez, dirigida à morfologia – ou seja, aos aspectos materiais relacionados a fenômenos naturais ou ao modo de vida das sociedades.

Nessa direção está embutida a desvalorização da riqueza da experiência que o trabalho de campo encerra, aspecto que se acentuou nas sucessivas incorporações de novos dispositivos técnicos pela Geografia e pela cartografia. É contra essa perda que parece se mover um geógrafo de notada influência romântica em seus escritos da década de 1950. Sauer critica certo empobrecimento do que denomina a “arte da geografia” e conclama uma abordagem aberta à incorporação da “dimensão sensível nas pesquisas em geografia” além de tudo o que pode ser “transmitido pela instrução e pode ser dominado mediante técnicas” (SAUER, 2000:1956). No mesmo texto, sugere a revisão quanto ao estatuto da experiência de campo e sua incorporação na reflexão do geógrafo:

Podemos ter mais talentos artísticos ocultos do que supomos, mas não os encorajamos, e ele é suprimido. Em muitos casos é uma carta escrita no campo que estimula e ilumina nossa pesquisa, mas nenhum vestígio dela pode ser encontrado no relatório final. (ibidem)

Além de questões ligadas a mudanças de cunho epistemológico na Geografia, cuja discussão foge ao escopo deste trabalho, devemos levar em conta o grande avanço ocorrido na produção de imagens e no registro de fenômenos por meio delas. O interesse pelo uso da fotografia como registro objetivo e distanciado dos processos veio a ser reforçado, na Geografia, pela incorporação de outras tecnologias promissoras frente a tais preocupações.

A fotografia, usada como registro objetivo, foi muitas vezes considerada como imprecisa e parcial frente às novas tecnologias que surgiram, uma vez que sempre é limitada

pelos aspectos subjetivos das escolhas do fotógrafo-pesquisador, assim como pela limitação imposta pela linha do horizonte. O maravilhamento de Emmanuel de Martonne ao tratar da introdução das fotografias aéreas em estudos geográficos é emblemático do início da substituição da fotografia tirada a partir do solo. Ela continua tendo seu valor,¹⁰ mas é a fotografia aérea que “revela os detalhes inesperados, dos quais alguns pareciam dificilmente explicados até o presente” (MARTONNE, 1924).¹¹ As fotografias aéreas verticais e depois as imagens de satélite permitiram adaptar as imagens à escala de visualização adequada a fenômenos geográficos de maior abrangência espacial. O geoprocessamento favoreceu o aprimoramento da cartografia com a integração dos dados quantitativos à produção de imagens.

Tais foram os caminhos abertos pelos sistemas de informação geográfica: “visualizar, descrever, classificar, cruzar, explicar, tratar grandes quantidades de dados georreferenciados e atualizados”, processo denominado por Mendibil de “desmaterialização informatizada”. O avanço nas tecnologias de coleta e tratamento de informações geográficas restringiu a experiência direta e o uso do registro fotográfico. Por sua vez, a incorporação das novas tecnologias de produção de imagens, a despeito da profusão de usos que disponibilizam, é caudatária do uso realista das imagens na Geografia.

Consideramos que o declínio do uso da fotografia convencional e o deslocamento da posição central que ocupava a prática do trabalho de campo, tal como ocorreu na Geografia brasileira, são significativos da supressão do papel outorgado à experiência da observação direta na geografia humana. O controle da experiência de campo – por meio de uma pedagogia do olhar e do ver internalizada e naturalizada de longa data e estruturadora das visões de mundo que a disciplina propõe – expressa um movimento mais geral das sociedades ocidentais, marcado pela tendência à objetividade e à racionalização dos “domínios essenciais à vida humana – da religião, da ciência, da política, do direito, da economia, da arte” (VIANNA Jr., 2009). O processo que Weber denominou de “desencantamento do mundo” encontra campo fértil nas novas tecnologias que se desenvolvem durante o século XX.

Orientações teóricas relacionadas ao que se convencionou chamar de “Pós-Modernismo” podem trazer novas possibilidades do uso da fotografia, ao que se alinha uma retomada do trabalho de campo. Como forma de estimular a reflexão sobre esses usos, apresentaremos a seguir alguns exemplos de pesquisas que questionam o realismo fotográfico e põem em prática novos caminhos para o uso de imagens fotográficas nas pesquisas e na reflexão sobre os fenômenos espaciais.

O Transcender da Informação e o Apelo à Sensibilidade

Ao questionar o uso objetivo da fotografia, as discussões desenvolvidas na antropologia aproximam o registro fotográfico da experiência subjetiva, tornando-a um veículo da retomada de uma “pulsão romântica” nas ciências sociais. Ocorre uma desnaturalização da fotografia abandonada como “um espelho fiel do real”, agora valorizada justamente naquilo que o ato de fotografar rompe com os constrangimentos que pretendiam a objetividade.

Para Bittencourt (1998), “a imagem fotográfica produz uma síntese peculiar entre o evento representado e as interpretações construídas sobre ele, estando essa correspondência sujeita às convenções de representação culturalmente construídas”. Essa síntese entre o fato fotografado e o olhar/percepção do fotógrafo indica os modos como se constitui em cada momento uma “cultura fotográfica” (TURAZZI, 1998) referente aos modos como incorporamos a fotografia e a utilizamos como modo de expressão ao mesmo tempo em que, por meio das câmeras, configuramos nossa própria maneira de olhar.

Toda fotografia pressupõe uma circunscrição cultural que define o que é fotografável (EDWARDS, 1996), e se por um lado isso questiona o realismo, por outro induz à valorização da interpretação do processo fotográfico de maneira mais ampla: o que entra em jogo, além dos documentos que a fotografia produz, são as relações, preferências e tensões por detrás de cada clique. Para Scherer (1995), “estudando-se a obra do produtor de imagens é possível avaliar as intenções de um fotógrafo em particular no contexto das convenções fotográficas de cada período”. Um dos ganhos que pode advir dessa postura que foca em todo o processo fotográfico, contextualizando-o, reside na possibilidade de reflexão metodológica que ela representa para a atividade de pesquisa. Ao interpretarmos uma foto não só por aquilo que ela mostra, mas também como fruto daquilo que um fotógrafo (com suas preferências disciplinares e pessoais) nos deu a ver, temos a chance de analisar tanto a natureza do ato de olhar quanto a natureza das práticas de pesquisa.

Que relação o fotógrafo-pesquisador nutriu com os fotografados? Que tensões permearam essa relação? Há um acordo sobre aquilo que é julgado digno de ser fotografado ou é o fotógrafo que se outorga o direito de defini-lo? Questionamentos dessa ordem alteram a postura de pesquisadores frente às fotografias e aos seus usos na atividade de pesquisa.¹²

No presente, vive-se na Geografia uma retomada de princípios críticos ao racionalismo por meio do Pós-Modernismo, o que torna fundamental repensar os métodos utilizados pelos geógrafos em suas pesquisas, inclusive aquelas que caíram em relativo esquecimento.

A problematização do uso da fotografia e das imagens na Geografia não exclui a continuidade de sua utilização como registro ou coleta de dados, mas é necessário, entretanto, explicitar como esse uso é construído, uma vez que a fotografia é um artefato social cujas condições de elaboração devem ser tratadas como parte constituinte do que é retratado.

Caberia ainda questionar as bases em que se assentavam a objetividade da imagem e o silenciamento em torno dos fotografados, explicitado nas séries fotográficas de paisagens próprias dos levantamentos de geografia humana, nos quais não era explicitada a relação que o pesquisador mantivera com as realidades retratadas.

A reflexão pode render frutos para a Geografia. Veja-se o caso do projeto dos Observatórios Fotográficos da Paisagem, implementados pelo Ministério do Meio Ambiente da França em 1991. Naquele momento o projeto representou um esforço institucional voltado para a discussão de mudanças que ocorriam em todo o país (GALANO, 2000) e se traduziam em uma “crise da paisagem”.¹³ Os técnicos encarregados do monitoramento paisagístico foram gradativamente se envolvendo na tentativa de incluir

nos estudos uma dimensão sensível, que valorizasse tanto a percepção dos próprios pesquisadores quanto das populações envolvidas.¹⁴

As fotografias tiradas por fotógrafos artistas selecionavam pontos de vista e itinerários a serem “refotografados”, o que serviria como ferramenta de monitoramento das mudanças na paisagem. Ao privilegiar a participação de organizações ligadas à temática da paisagem e do meio ambiente, o projeto passou a “incorporar nas seleções dos itinerários e dos pontos de vistas os anseios e valores das populações que interagem diretamente com a paisagem”, no caminho do que Jackson chamou de “paisagens vernaculares” (FELIPE, 2010), em contraponto àquelas associadas às perspectivas hegemônicas.

A experiência dos observatórios traz considerações metodológicas fertilizadoras para os estudos que se pautam no conceito de paisagem, caros ao trabalho de especialistas como os geógrafos, e apontam para uma revisão quanto ao realismo fotográfico. Naquele contexto, as características dos aparelhos fotográficos e a existência de obstáculos que limitavam a abrangência do registro de certos fenômenos foram motivos evocados para desqualificar o uso da fotografia frente a outros recursos de registro de informação e produção de imagens.

Os técnicos envolvidos com o observatório vislumbraram potencialidades diante das supostas limitações da fotografia, e por meio delas teriam acesso a um modo de registro mais próximo da percepção e da experiência direta que as pessoas têm diante das paisagens. Como explicitado pelo documento que apresenta as características e o funcionamento dos observatórios, as imagens de satélite, ainda que oferecessem informações cartográficas e estatísticas abrangentes, permaneciam “como um inventário da ocupação do solo”. Para eles, o problema somente seria superado com o uso de fotografia convencional, a única capaz de “revelar as paisagens tal como percebida pelas populações”, característica que ganha enorme legitimidade no trabalho então desenvolvido.

O projeto dos observatórios questionou a autoria da produção de representações sobre as paisagens e, ao incluir as organizações locais na seleção das fotografias mais representativas das regiões, possibilitou certa democratização do monitoramento das paisagens. Foram, assim, valorizadas as experiências espaciais e a perspectiva daqueles que “fabricam, a cada dia, pelas suas decisões cotidianas, as paisagens do futuro e as múltiplas sensibilidades que se exercem sobre o território e sobre a natureza”.¹⁵

Apesar desse não ser o único caminho possível, a experiência dos laboratórios quanto ao uso da fotografia e do trabalho de campo é estimulante. Distancia-se do levantamento fotográfico empreendido por Jean Brunhes e se aproxima das colocações de Sauer a respeito da incorporação da dimensão do sensível associada, no projeto dos observatórios, ao uso da imagem em um contexto de trabalho multidisciplinar, no qual é significativa a participação de geógrafos em interação com aqueles que cotidianamente interagem com as paisagens.

Considerações Finais

Neste trabalho de cunho preliminar, pontuamos um caminho de reflexão sobre a relação entre e imagem e Geografia, tendo sido enfatizada uma das expressões iconográficas significativas para a disciplina: a fotografia. O estatuto da imagem, em especial da fotografia,

nas práticas de pesquisa da Geografia certamente reflete as mudanças e tendências que orientam as investigações, seja entre geógrafos vinculados à geografia humana ou à geografia física.

O uso de imagens tanto se constitui em instrumento de investigação e construção do conhecimento quanto em suporte de ensino, podendo ainda ser instrumento promotor da vulgarização de conhecimentos geográficos. A invenção da fotografia e a legitimidade imputada à captação mecânica de imagens reforçaram o caráter probatório e realista das imagens, entendimento que marcou o uso da imagem fotográfica na disciplina, ainda que variações e especificidades de seus usos na pesquisa e nas etapas posteriores de elaboração dos textos possam ser percebidas em diferentes contextos nacionais e institucionais.

No presente, o uso da fotografia na Geografia tem se reduzido ou migrou para as fotografias de sobrevoo e para as imagens de cinema. No entanto, consideramos que para a reflexão sistemática sobre a questão das representações visuais na disciplina é significativo retomar os sentidos inicialmente assinalados a certos dispositivos de pesquisa e de ensino, como é o caso das imagens fotográficas e do estatuto da fotografia no trabalho de campo. Esses sentidos se tornam presentes nos procedimentos contemporâneos utilizados pela Geografia, em que se mesclam a naturalização dos dispositivos relacionados ao visual na disciplina, internalizados de longa data, seja pela banalização do uso das imagens nos dias de hoje, de tal modo que não questionamos a sua ubiquidade.

A ausência contemporânea da fotografia como parte do arsenal de pesquisa do geógrafo não parece eliminar o viés advindo da estruturação do olhar que a naturalização da produção fotográfica ajudou a promover. A profusão de recursos visuais e o uso de imagens não mais produzidas pelo geógrafo estimulam o debate sobre seus usos, suas potencialidades e limitações, o que convoca o exercício de desconstrução e contextualização de tais imagens. Finalmente, são sugestivas as iniciativas que não mais colocam o fotógrafo profissional ou o geógrafo bem equipado como fazedores de imagens, mas que inserem a perspectiva e os recortes que fazem os agentes sociais de seus espaços.¹⁶ A captura e a fixação de imagens relevantes a partir da experiência desses agentes que interagem cotidianamente com as paisagens estudadas pelos geógrafos, em contraponto às varreduras das imagens de satélite, disponibilizadas na rede, ou às fotos tomadas a partir de critérios meramente técnicos, estimulam outros sentidos e reconhecem na imagem fotográfica a dimensão estética e sensível pouco valorizada nos cânones do racionalismo científico. Como assinalam diferentes autores, as fotografias são boas para falar e colocam em interação outros sentidos conjuntamente com a visão; dão suporte à construção da memória e à afirmação identitária – quando o espaço se apresenta como suporte inarredável. O reencontro entre geógrafos e fotógrafos é sugestivo pelas interrogações mútuas quanto ao uso das fotografias, cuja aura de mistério, em que se sofisticam as técnicas, perdura em sua capacidade de instigar novos olhares.

Referências Bibliográficas

ABRANTE, V. L. C. A construção da memória social: fotografia, trabalho feminino e identidade nacional (1949-1968). In: *XIII Encontro Regional da ANPHU – Associação Nacional de História*. Rio de Janeiro, 4 a 7 de agosto de 2008.

ANDRADE, R. *Fotografia e Antropologia. Olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BERLAN-DARQUÉ, M.; KALAORA, B. Du pittoresque au 'tout-paysage'. In: *Études Rurales*, n.121-124. Paris: EHESS, 1991.

BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. (orgs.). *Desafios da imagem*. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.

BRANDÃO, C. R. Fotografar, documentar, dizer com a Imagem. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.18. Rio de Janeiro, 2004.

BRUNHES, J. *Geografia humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962; 1956.

DAOU, A. M. Cartografias sociais e território (Acselrad, Henri) – Resenha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Anpur, v.11, n.1, 2009.

DUARTE, L. F. D. A pulsão romântica nas ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, junho de 2004.

EDWARDS, E. Antropologia e fotografia. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ELIAS, N. *A peregrinação de Wateau à Ilha do Amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FELIPE, R. S. G. Meio ambiente e fotografia: as mudanças na paisagem em Atafona (RJ) e sua contraposição com as propostas do observatório fotográfico da paisagem. In: *Anais do II Simpósio Espaço e Cultura*. Recife: UFPE, 2010.

GALANO, A. M. Entre nostalgias e sinais de uma nova estética: observatórios fotográficos de paisagens na França. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

GOMES, P. C. da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GURAN, M. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

JOLLY, E. Marcel Griaule, ethnologue: La construction d'une discipline (1925-1956). *Journal des africanistes*, tome 71, fascicule 1, p.149-90, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jafr_0399-0346_2001_num_71_1_1_1256>. Acesso em: 23 jul. 2011.

Daou, A. M., Felipe, R. G.

LOIS, C. Imagen cartográfica e imaginários geográficos . Los lugares y las formas de los mapas em nuestra cultura visual. *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales – Universidad de Barcelona*, V.8, n.298, 1º de septiembre de 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-298.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

MARESCA, S. *La photographie, un miroir des sciences sociales*. Paris: L'Harmattan, 1996.

_____. Olhares cruzados. Ensaio comparativo entre as abordagens fotográfica e etnográfica. In: SAMAIN, E. (org.). *O fotográfico*. São Paulo, Editora do Senac; Editora Hucitec, 1998.

MARTONNE, E. La Photographie d'Avion au Service de la Géographie en Suisse et aux États-Unis. *Annales de Géographie*, 1924. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1924_num_33_185_9439>. Acesso em: 14 fev. 2011.

MENDIBIL, D. Les Gestes Du Métier. *Géographi-cité*, 2007. Disponível em: <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/13/92/34/PDF/LES_GESTES_DU_METIER_CORR.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2011.

_____. Le Dresseur d'Images. In: ROBIC, M. C. (dir.). *Le Tableau de Géographie de la France de Paul Vidal de laBlache, dans le Labyrinthe de Formes*. Paris: CTHS, 2000.

MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT. Itinéraires Photographiques. Méthode de l'Observatoire Photographique du Paysage. 2008. Disponível em: <<http://www.side.developpement-durable.gouv.fr/userfiles/file/P0/methodeOPP.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

ORTEGA, M. L. Imagens, conocimiento y educación. Reflexiones desde la historia de la representación visual en las ciencias. In: *Tarbiya, Revista de Investigación e Innovación Educativa*, n.31, p.11-38, Madrid, Instituto Universitario de Ciencias de La Educación, Universidad Autónoma de Madrid, 2002. Disponível em: <<http://web.uam.es/servicios/apoyodocencia/ice/tarbiya/pdf/revistas/Tarbiya031.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2001.

ROSE, G. On the Need to Ask how, Exactly, is Geography “Visual”? *Antípode*, v.35(2), 2003.

RYAN, J. R. Who's Afraid of Visual Culture? *Antípode*, v.35(2), 2003.

SAUER, C. O. A educação de um geógrafo. In: *GEOgraphia*. Niterói: EdUFF, 2000.

SCHERER, J. Documento fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.3. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

SICARD, M. La “photo-graphie”, entre nature et artefact. In: DESCOLA, P, (sous La direction). *La Fabrique des Images: visions du monde et forms de la représentation*. Paris: Musée du Quai Branly; Somogy Edition d'Art, 2010.

SOUDIÈRE, M. Paysage et Alterité. Enquête de “cultures paysagères”: réflexion méthodologique. *Études Rurales*, n.121-4. Paris: Ehess, 1991.

STERNBERG, H. O’R. *Contribuição ao estudo da geografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, Serviço de Documentação, 1946.

TURAZZI, M. I. Uma cultura fotográfica. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.27, 1998.

VIANNA JR, A. O reencantamento da Cartografia. *Le monde diplomatique Brasil*, 2(23), p.36-7, [s. d.].

Recebido em 25/07/2011 Aceito em 24/09/2011

¹ A convergência entre o sentido da visão e a produção de conhecimento antecede a inflexão promovida pela invenção do daguerreótipo, em 1839 (ORTEGA, 2010). A temática de interesse para a compreensão dos comprometimentos que assume a visão na geografia extrapola os limites deste trabalho.

² Revista *Antípode*, v.35, março de 2003.

³ A publicação *Cadernos de Antropologia e Imagem* (NAI/UERJ) traz contribuições significativas para o entendimento das relações entre as ciências sociais e o uso da fotografia. Ver Jehel (1998), Galano (2000), Brandão (2004), Scherer (1995), Edwards (1996) e Guran (2000). Sobre o assunto, ver a reflexão de Sylvain Maresca (1996).

⁴ Esses momentos seriam marcados pelo “reconhecimento de campo” (1890-1945), pela “organização do espaço” (1945-1975) e pela “territorialização de práticas espaciais” (1975-2005) (MENDIBIL, 2007).

⁵ Sobre a relativa autonomia da produção e recepção da obra de arte, bem como do conhecimento, ver Elias (2004).

⁶ Elizabeth Edwards (1992) foi pioneira na discussão sobre o valor dos documentos fotográficos para a história da Antropologia ou como fonte de pesquisas. Sobre o tema, ver Maresca (1996) e Maresca (1998).

⁷ No Curso de Formação de Professor da extinta universidade do Distrito Federal, o programa de Práticas de Geografia incluía o ensino de noções de técnica fotográfica aplicada à Geografia (STERNBERG, 1946, p.49, nota 30).

⁸ No final dos anos 1940, o IBGE contratou três fotógrafos profissionais, húngaros, recém-chegados ao Brasil – Tibor Jablonszky, Tomas Somlo e Istivan Falud –, que passaram a integrar os grupos de pesquisa do instituto e a acompanhar as excursões realizadas pelo Brasil. A contratação desses profissionais é indicativa do valor dado às imagens na produção do conhecimento geográfico empreendida pelo IBGE, onde se encontra significativo acervo fotográfico. Ver Abrante (2008).

⁹ Aspectos associados por Mendibil ao período que se estende de 1954 a 1975.

¹⁰ Para de Martonne (1924), “a fotografia comum [tirada a partir do solo] permanece por si só capaz de oferecer os detalhes. Somente ela representa sempre a terra tal como vista pelos homens”.

¹¹ O uso da fotografia aérea (1914) maravilhou outros especialistas. O etnólogo Marcel Griaulle – empenhado na profissionalização da pesquisa de campo e da excursão, das quais participavam diversos profissionais por ele coordenados – se preocupou em garantir a qualidade das fotografias aéreas (JOLLY, 2001, p.179).

¹² Embora ainda seja recorrente o uso realista da fotografia e o papel secundário a ela atribuído por muitos pesquisadores (ver BRANDÃO, 2004), há trabalhos sugestivos de usos inovadores, dentre os quais destacamos aquele apresentado por Ana Maria Galano, por referir-se a um tema caro à Geografia e que será apresentado mais adiante.

¹³ Expressão de Berlan-Darqué e Kalaora (1991), refere-se à relativa homogeneização e destruição das “paisagens típicas” associada à modernização do território francês no período de 1950 a 1980.

¹⁴ “Quase em tom de confidência, alguns pesquisadores relatam como, durante anos, registraram sensações frente a paisagens em seus cadernos de campo, assim como procuraram refletir sobre a atitude de agricultores em relação ao espaço em que viviam e trabalhavam. Escreveram, conservaram as notas, mas não as publicaram (SOURDIÈRE, 1991)” (GALANO, 2000).

¹⁵ Conforme afirma Luginbühl (1994), a propósito da metodologia de elaboração dos atlas de paisagens, projeto que se inscreve no mesmo contexto de formação dos observatórios fotográficos.

¹⁶ Nesse sentido são significativas as experiências de elaboração de mapas participativos ou sociais. Ver Daou, 2009.